

Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea

The cover features a detailed, high-contrast black and white photograph of wheat stalks. The stalks are arranged in a way that creates a sense of depth and texture, with some in sharp focus and others blurred in the background. The overall composition is clean and professional, typical of an academic or technical publication cover.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea
Brasília, 2014

Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:
diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 /
organizadores : Sergio Schneider, Brancolina
Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014.

387 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-191-5

1. Agricultura. 2. Censos Agropecuários. 3.
Estabelecimentos Agrícolas. 4. Brasil. I. Schneider,
Sergio. II. Ferreira, Brancolina. III. Alves, Fabio. IV.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD : 338.10981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PRODUTORES DE TABACO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006*

Leonardo Xavier da Silva
Diogo Fuhrmann
Guilherme Silva de Farias
Paulo Libardoni

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo se insere nas discussões acadêmicas acerca da fumicultura brasileira. Discute o cultivo, o mercado e outras *nuances*, sejam elas na esfera produtiva, social ou econômica. Este tema possui relevância na agenda de pesquisa das ciências sociais, tamanha é sua importância nas discussões mundiais sobre agricultura, desenvolvimento econômico sustentável e saúde pública.

Tendo o Brasil uma posição de destaque no que concerne à produção e comercialização de tabaco no mundo, torna-se necessário saber quem são os atores envolvidos e que papéis desempenham nesse nicho de mercado. Especificamente neste texto, a pretensão é fazer uma descrição abrangente e holística dos estabelecimentos rurais produtores de tabaco em território brasileiro. Para tal, salientam-se as principais características socioeconômicas e produtivas desses estabelecimentos, como mão de obra empregada e renda, analisando, com auxílio de indicadores sociais, a condição de reprodução social nestes estabelecimentos rurais.

Atualmente, o Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo e o segundo em produção, ficando atrás apenas da China (FAO, 2011). Para o entendimento das causas que levaram o Brasil a chegar nessa colocação de destaque, é necessário fazer uma pesquisa sobre os condicionantes históricos e a situação atual que propiciaram tal posição.

A metodologia do trabalho proposto baseia-se em consultas bibliográficas a autores especializados no assunto e em informações dos bancos de dados do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de *sites* da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e do

* O presente trabalho é resultante do Acordo de Cooperação Técnica Ipea-UFRGS/PGDR. Os autores agradecem ao Ipea pelo apoio financeiro oferecido.

Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), e de outros meios de divulgação de pesquisas na área concernente ao tabaco.

Para o caso dos dados do Censo 2006, as variáveis disponíveis, expostas e interpretadas neste trabalho referem-se a estabelecimentos agropecuários e são as que seguem: produção brasileira de fumo em folha (t); produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo grupos de área (ha); condição legal do produtor em relação às terras; pessoal ocupado com ou sem laços de parentesco, com categorias de idade de menos ou mais de 14 anos de idade, e divisão por sexo; produção, valor da produção e área colhida por tipo de cultura; área colhida e uso de agrotóxicos na lavoura de fumo; produção, valor da produção e área colhida para as regiões Nordeste e Sul do Brasil, e para estados selecionados; e, produção, valor da produção e área colhida, segundo destino da produção. Duas observações são adequadas, neste momento. A primeira é a de que as variáveis mencionadas são detalhadas ao longo do texto, incluindo-se critérios específicos a estas; os dados são referentes ao Brasil. Quando há uma desagregação por regiões e estados (tabelas 2, 8 e 9), esta é justificada especialmente pela importância relativa que os estados citados têm no que diz respeito a valor e a volume de produção, número de estabelecimentos produtores e pessoal ocupado, entre as variáveis mais representativas do recenseamento do IBGE.

Para que o objetivo seja contemplado, o trabalho está dividido em quatro seções. Esta primeira apenas faz uma breve apresentação do tema. Na segunda seção, é feita uma reconstrução histórica sobre a produção fumicultora do Brasil, salientando processos socioeconômicos que possibilitaram o crescimento de tal atividade em território brasileiro. O escopo é apresentar de maneira cronológica e factual os contextos da produção fumageira até se tornar uma atividade altamente significativa para a agricultura do país.

A terceira seção do trabalho, por sua vez, concentra a análise nos estabelecimentos produtores de tabaco. De modo geral, apresenta as características dos estabelecimentos produtores desta cultura agrícola, respeitando a diversidade do meio rural brasileiro. O perfil analisado terá um enfoque: na área colhida e no tamanho da área destes estabelecimentos; no seu valor da produção; na característica da mão de obra e na técnica de produção utilizada; e, enfim, em algumas características socioeconômicas marcantes que diferenciam os produtores de fumo.

A terceira seção investiga, ainda, a produção e os caminhos para seu escoamento e comercialização. Para tanto, volta-se a atenção para algumas características que compõem o chamado Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), que data do início do século XX. Como o SIPT ganhou força com o decorrer dos anos na região Sul do Brasil, a verificação ainda aborda seu funcionamento e sua importância para a cadeia fumicultora da região.

Por fim, a quarta parte registra as principais conclusões e lança algumas questões acerca do que foi exposto, de maneira a enriquecer o debate sobre o tema. Com isto, espera-se que haja contribuição para um maior conhecimento da real situação dos estabelecimentos rurais brasileiros envolvidos na produção de tabaco.

2 BREVE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TABACO

O Brasil ocupa uma posição de destaque no mercado internacional de tabaco. Este quadro se firmou a partir dos anos 1990, quando a produção brasileira alcançou os melhores índices de participação e de qualidade no cenário internacional. Ao analisar as origens da produção de tabaco no Brasil, apreende-se que esta tem seu início com a Colonização Portuguesa. Segundo o historiador Jean Batiste Nardi, os colonizadores encontraram lavouras de fumo cultivadas pelos índios em toda a faixa litorânea, que passou a ser adquirido sob a forma de escambo (Nardi, 1985). Assim sendo, os indígenas introduziram o hábito de consumir tabaco nos portugueses, o que exigiu o posterior aumento da produção devido à expansão ocorrida no consumo do produto (Boeira, 2002).

Com o passar dos anos, a população aumentava e o mercado interno também crescia; esse fato exigiu uma expansão na produção de tabaco. Com a vinda definitiva dos portugueses para o Brasil, criaram-se as primeiras legislações a fim de regular a atividade fumicultora. Surgiu a Junta de Administração do Tabaco, em 1674, que institucionalizou o monopólio português sobre o produto. Sua função era orientar o comércio desta especiaria em Portugal e suas colônias. O destino da produção brasileira tinha três caminhos: o fumo de maior qualidade era exportado para Portugal, que reexportava a maior parte dele, cerca de 60%, para outros países europeus; o fumo de menor qualidade servia como moeda no mercado de escravos; e ainda abastecia o mercado interno (Silva, 2002). Acrescenta-se que, até a assinatura da lei Euzébio de Queiroz, que pôs fim ao tráfico negreiro no Brasil em 1850, cerca de 30% das exportações de fumo objetivavam a compra de escravos.

Em meados do século XIX, na faixa litorânea da Bahia – especialmente no recôncavo baiano –, encontrou-se condições ideais para a expansão da produção, dado o aumento na demanda proporcionado pelo abastecimento do mercado europeu. Assim, fatores positivos, como mão de obra familiar e desejo de desenvolver a região, foram decisivos para aumentar a produção de tabaco. Ao contrário da cana-de-açúcar, que era plantada em grandes fazendas, o cultivo do fumo contemplava principalmente propriedades de pequenos produtores, que conseguiam obter fumo de boa qualidade em suas lavouras e sobreviver na agricultura (Buainain, Calixto e Souza Filho, 2009).

As primeiras décadas do século XX assistiram uma expansão territorial das áreas de produção de tabaco. Até meados de 1950, a faixa litorânea da Bahia foi a

principal produtora de tabaco no Brasil, obtendo uma grande notoriedade, devido à qualidade de seus produtos, como o charuto baiano, que ainda hoje é reconhecido internacionalmente (Buainain, Calixto e Souza Filho, 2009). Segundo Mesquita e Oliveira (2003, p. 1),

a lavoura fumageira construiu uma economia em torno de si, responsável pela geração de renda e de milhares de empregos, servindo de sustentáculo para municípios como Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, São Gonçalo dos Campos, São Félix, Sapeaçu, dentre outros do Recôncavo, especialmente da “Mata Fina” – expressão cunhada pela indústria baiana do fumo para designar a zona fisiográfica localizada na Região Econômica Recôncavo Sul, onde, em face às especificidades edafo-climáticas, se produz o melhor fumo para charutos do Brasil, de qualidade reconhecida internacionalmente. Criou-se, pois, uma verdadeira cultura do fumo, cujos reflexos se estendem até os dias atuais, moldando costumes, comportamentos, relações econômicas, sociais e políticas.

A fumicultura também teve papel central no desenvolvimento de Arapiraca, cidade de maior expressão nesse nicho produtivo do estado de Alagoas e centro da Região Fumageira de Arapiraca (RFA). Conforme apontou o historiador Jean Baptiste Nardi (1985), no século XIX, as famílias com menor renda se encaminhavam para o interior do estado alagoano, onde as terras eram livres, mas não tão férteis quanto as próximas do litoral e dos grandes rios São Miguel e São Francisco, regiões estas que foram ocupadas por engenhos de açúcar e canaviais, respectivamente. Deste modo, estas famílias de baixa renda dedicavam-se ao cultivo da mandioca e do fumo.

O desenvolvimento do fumo na região de Arapiraca está relacionado com a produção do estado da Bahia. Após o surto no consumo de cigarros, durante a Segunda Guerra Mundial, a demanda por fumos do tipo escuro, produzido no Nordeste, cresceu vertiginosamente. Apesar da qualidade inferior, os empresários baianos vieram se socorrer na produção alagoana, que, por sua vez, aumentou suas áreas de plantio para os arredores de Arapiraca (Nardi, 2010).

No final do século XIX, o governo brasileiro adotou um plano visando à expansão das fronteiras agrícolas. Esse plano implantou uma série de políticas nesse viés, expandindo a fumicultura pelo Brasil e fazendo-a chegar a estados até então caracterizados por outros produtos, como São Paulo e Minas Gerais (Mesquita e Oliveira, 2003).

O maior destaque desse plano do governo foi a região Sul, sobretudo, o estado do Rio Grande do Sul. Antes conhecido pela produção de charque – que abastecia de carne as Minas Gerais na época do Ciclo do Ouro – o estado mais meridional do país viu a produção de fumo claro – usado para a fabricação de cigarros, diferentemente do nordestino, que era próprio para charutos – crescer

vertiginosamente. Com o passar dos anos, a cultura se fortalecia e conquistava gradativamente espaço e importância no cenário da fumicultura nacional.

No século XIX, a produção de tabaco começa a fazer parte da agricultura do Rio Grande do Sul, dada a impulsão ocasionada pelas políticas de ocupação de novas terras com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente os alemães. O mercado do tabaco se expande com o crescimento da demanda urbana por cigarros. E, aos poucos, forma-se uma complexa rede de serviços no Rio Grande do Sul, que era formada por mão de obra especializada, prestadoras de serviços e infraestrutura. Estes fatores fortaleceram a criação de um sistema de integração e o desenvolvimento de uma “cultura do tabaco”, pois envolvia costumes e relações socioeconômicas.

A instalação da empresa Souza Cruz no Vale do Rio Pardo, região central do estado do Rio Grande do Sul, no início do século XX, contribuiu para fortalecer a cultura do fumo na região. As condições encontradas, segundo Vogt (1997, p.42) foram,

i) adequação das terras da região ao cultivo do tabaco de estufa, com clima moderado e chuvas bem distribuídas durante as fases do ano; *ii)* tradição de produção familiar em pequenas propriedades; *iii)* perfil cultural dos colonos; *iv)* consolidação do cultivo e do comércio do produto na região; *v)* existência de estrada de ferro como meio de transporte.

No início do século XX, a produção de tabaco era quase toda consumida pelo mercado interno, fato esse que começa a mudar no final da década de 1960, quando o mercado internacional sofre uma crise de oferta.¹ O Brasil já estava em condições de suprir este mercado e, em pouco mais de uma década, apresentava uma participação relevante no cenário internacional.

Com o advento da modernização da agricultura na década de 1970, o pacote tecnológico orientado para o aumento da produtividade agrícola nacional – sob a égide de insumos, maquinaria e sementes modificadas – proporcionou um crescimento da indústria da fumicultura, abrangendo mais áreas e desenvolvendo seus setores de produção. Além disso, a modernização e a grande oportunidade de mercado apresentada pelo cenário econômico do fumo atraíram novas empresas para o ramo, institucionalizando o Sistema Integrado de Produção de Tabaco, introduzido de maneira informal pela Souza Cruz, ainda em 1918 (Spies, 2000). Esse sistema permitiu que a qualidade do fumo brasileiro melhorasse, em razão de ser um programa em que a indústria e produtores estabelecem um contrato que prevê diversas questões, como de assistência técnica, aquisição e uso de insumos e compra da produção.

1. No final da década de 1960, a Rodésia, hoje Zimbábue, era um importante exportador de tabaco. No entanto, sofreu um boicote econômico dos compradores europeus, o que abriu uma lacuna no mercado internacional, preenchida pelo tabaco brasileiro que, desde então, surgiu como uma potência fumicultora.

Ratificando o que já foi referenciado neste texto, o Brasil é o maior expoente em qualidade e exportações de tabaco no mundo. Crises em países concorrentes, como o Zimbábue e os Estados Unidos – que adotara uma política de redução de área cultivada, e também uma rigorosa legislação antitabagista –, auxiliaram para que o fumo brasileiro se posicionasse de tal maneira no comércio internacional, criando novos horizontes de mercado. Entretanto, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO (2011) estima que as safras de tabaco nesses países e nos principais países produtores continuarão crescendo.² No Brasil, a produção vem desde muito tempo em uma escalada de crescimento, como se pode ver na tabela 1.

TABELA 1
Produção brasileira de fumo em folha (t) e rendimento médio (1975-2006)
 (Em kg/ha)

	1975	1985	1995/1996	2006
Produção	292.932	408.394	451.418	1.109 036
Rendimento médio (kg/ha)	1.128,92	1.478,69	1.510	1.953

Fonte: Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1975, 1985, 1996, 2006).

Nos três estados da região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), as taxas de produtividade crescem a cada safra. Tal desempenho tem sido fruto das estratégias de produção engendradas pelas empresas e executadas pelos agricultores, que ainda veem na fumicultura a forma economicamente mais vantajosa para se reproduzir no meio rural familiar.

Na tabela 2, a partir das estimativas do Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais – Deser (2010), observa-se que a produção brasileira na safra 2010/2011 tende a superar a dos anos anteriores, alcançando o patamar de 748 mil toneladas.

TABELA 2
Produção brasileira e estadual de fumo em folha (2008/2009 a 2010/2011)
 (Em mil/t)

Estados	2008/2009	2009/2010	2010/2011	Variação 2009/2010-2010/2011 (%)
Paraná	129,93	132,13	124,48	-5,79
Rio Grande do Sul	380,57	317,78	357,15	12,39
Santa Catarina	247,75	241,96	232,19	-4,04
Outros	34,54	34,18	34,07	-0,32
Total	792,79	726,05	747,89	3,01

Fonte: Afubra *apud* Deser (2010).
 Elaborado pelos autores.

2. Conforme dados da FAOSTAT (FAO, 2011), os principais países produtores de tabaco, em volume, no ano de 2009, foram: China, Brasil, Índia, Estados Unidos, Malawi, Indonésia, Argentina, Itália e Zimbábue.

Mesmo com a queda na produção de estados importantes – como Santa Catarina e Paraná – o Rio Grande do Sul registrou um crescimento superior a 12%, o que garante a superação do índice de produção anterior. Segundo representantes do setor, a queda de produção nos outros estados é ocasionada especialmente pelo fator climático, como a incidência do fenômeno El Niño (Varaschin, 2010).

De acordo com as observações anteriores, embora existam estratégias de controle da produção que estejam sendo instituídas no Brasil,³ particularmente, a partir de políticas públicas, constata-se que a atividade fumicultora ainda aumenta sua produção, fortalecendo-se mais no seio da agricultura familiar. Outro ponto importante nessa parte é mencionar que a fumicultura brasileira apresenta um quadro de dicotomia estrutural entre as duas principais regiões produtoras. A região Sul se destaca como a principal e progressista no espaço produtivo nacional, representando 95% da produção total de 2005/2006. Quando a análise da produção se volta para os estados, nota-se que os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná respondem por 40%, 28% e 27% do total nacional, respectivamente. Antagonicamente, a região Nordeste – tendo os estados de Alagoas e Bahia como principais produtores – assume uma posição marginal, ao cultivar fumo em escala reduzida, com baixo padrão tecnológico e produção vinculada e dependente da exploração mercantil de um restrito grupo de firmas exportadoras de fumo em folha e/ou fabricantes de charutos e cigarrilhas, que são, em quase sua totalidade, formadas por subsidiárias de transnacionais (IBGE, 2006).⁴

3 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FUMICULTORES DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Essa parte do texto possui caráter descritivo. Apresentam-se aqui, com abrangência de dados, as características que contemplam os estabelecimentos produtores de fumo no Brasil. Segundo os resultados apresentados pelo IBGE no último censo agropecuário, realizado para o ano de 2006, verificou-se que 3% dos estabelecimentos rurais do país apresentam a fumicultura como uma de suas atividades. Além disso, 72% destes estabelecimentos possuem caráter especializado,⁵ ou seja, a principal atividade agrícola é a fumicultura.

3. Políticas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da participação brasileira na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Sobre isso, ver o site da Secretaria da Agricultura Familiar, disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>.

4. Cabe mencionar que, para o caso dos fumos claros produzidos no sul do Brasil, cultivados para cigarros, as relações mercantis também ocorrem entre produtores familiares e empresas multinacionais, em sua quase plenitude.

5. Para o IBGE, um estabelecimento é considerado especializado se o valor da produção do principal produto agrícola ultrapassar 66% do valor total de produção do estabelecimento. Do contrário, este é considerado diversificado.

Conforme apresentado anteriormente, verifica-se que, desde seu início, o tabaco era cultivado em pequenas propriedades rurais, onde o trato com a produção se dava de forma mais artesanal, o que refletia na qualidade do produto. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a grande parte da produção se concentra em pequenas propriedades de até 20 ha (um total de 120.083 estabelecimentos), que representam 76,5% do total no Brasil. A participação desses pequenos produtores na produção ainda perfaz 71,8% do total nacional. Desta maneira, estes dados possibilitam concluir que estes estabelecimentos possuem uma taxa de produtividade significativa, afirmação corroborada pela tabela 1 da seção anterior. Esta constatação pode ser mais bem observada na tabela 3, visto que os grupos de área total (ha) das categorias de 0 a menos de 5, de 5 a menos de 10 e de 10 a menos de 20, indicam produtividade média (em kg/ha) de 1.920, 1.983 e 1.942, respectivamente.

TABELA 3

Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo grupos de área total (ha) – Brasil (2006)

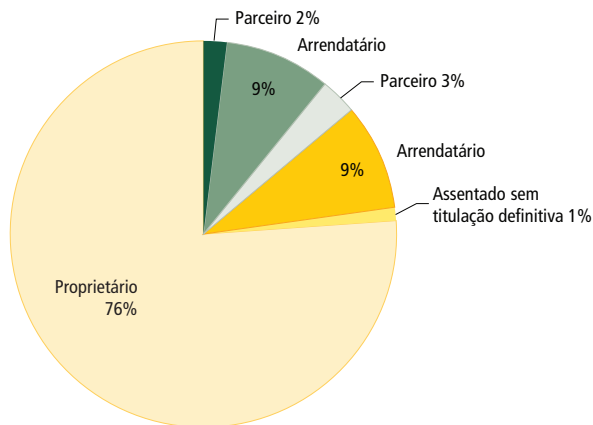
Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos	Quantidade		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida (t)	Vendida (t)		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
De 0 a menos de 5	41.302	203.933	198.911	446.287	106.230
De 5 a menos de 10	33.767	238.922	236.884	636.393	120.479
De 10 a menos de 20	45.014	353.058	350.886	930.579	181.803
De 20 a menos de 50	29.180	250.522	249.581	700.180	125.049
Mais de 50	4.701	50.803	50.182	128.550	27.954
Produtor sem área	2.971	11.797	11.746	40.782	6.459

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

No que concerne à condição legal do produtor de fumo com relação às terras, o Censo Agropecuário de 2006 mostra que 76% dos produtores são proprietários das terras (gráfico 1). Já, os arrendatários e ocupantes assumem 9% cada um. Em seguida, aparece a categoria *parceiro*, com 3%, e *produtor sem área*, com 2%. Por último, o *assentado sem titulação definitiva* informa o 1% restante.

GRÁFICO 1

Condição legal do produtor de fumo em relação às terras – Brasil



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

A posse da terra permite ao agricultor a possibilidade de escolher o que produzir. Destarte, como o fumo é uma atividade rentável, fica fácil para o pequeno proprietário escolher o que plantar. Além disso, outro fator preponderante para a escolha dessa cultura é a garantia de compra da produção pela empresa integradora – embora as negociações acerca dos preços do produto sejam conturbadas –, pois o pequeno agricultor também opta pela redução dos riscos que a atividade oferece, como a perda da produção e a dificuldade de venda. Os dados censitários referentes ao destino da produção são destacados à frente, nesta seção.

A predominância da mão de obra familiar nas lavouras é confirmada pelos dados do Censo Agropecuário 2006. Na tabela 4, os dados descrevem o pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31 de dezembro de 2006, com laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade. No Brasil, a fumicultura empregou quase de 385 mil pessoas no meio rural no ano 2006. Deste total, pouco menos de 30 mil pessoas eram menores de 14 anos.

Quando se analisa por sexo, constata-se que cerca de 217 mil homens e 168 mil mulheres desenvolveram alguma atividade relacionada ao fumo. Quanto aos menores de 14 anos, mais de 15 mil eram do sexo masculino e mais de 12 mil eram do sexo feminino.

TABELA 4

Pessoal ocupado nos estabelecimentos com laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, segundo os grupos e classes de atividade econômica – Brasil (31/12/2006)¹

Grupos e classes de atividade econômica	Total		Sexo			
	Total	De 14 anos e mais	Homens		Mulheres	
			Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	12.801.179	11.792.283	8.291.187	7.728.890	4.509.992	4.063.393
Cultivo de fumo	384.091	355.324	216.519	201.249	167.572	154.075

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Nota: ¹ Inclusive o produtor.

Completando as descrições referentes ao trabalho nos estabelecimentos fumicultores, o pessoal ocupado nos estabelecimentos, em 31 de dezembro de 2006, sem laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, é analisado na tabela 5. O número de pessoas sem laço de parentesco com o produtor chega a 50.179, e apenas 300 pessoas são menores de 14 anos. Deste total, os homens perfazem 40.468, e as mulheres somam 9.711. Em relação aos menores de 14 anos, têm-se 178 homens e 122 mulheres.

TABELA 5

Pessoal ocupado nos estabelecimentos e sem laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, segundo os grupos e classes de atividade econômica – Brasil (31/12/2006)¹

Grupos e classes de atividade econômica	Total		Sexo			
	Total	De 14 anos e mais	Homens		Mulheres	
			Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	3.766.365	3.712.960	3.224.007	3.190.367	542.358	522.593
Cultivo de fumo	50.179	49.879	40.468	40.290	9.711	9.589

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Nota: ¹ Inclusive empregados em outra condição e pessoas não remuneradas com laço de parentesco com estes.

Com base nas duas tabelas anteriores, ratifica-se o argumento de que a fumi-cultura é uma atividade desenvolvida, principalmente, em unidades de produção familiar, pois de todo o pessoal ocupado (434.270 pessoas), 88% possuem laço de parentesco com o produtor. Quanto aos menores de 14 anos que trabalham no fumo, o maior percentual aparece no pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor, que representa 7% do total de pessoal ocupado. No pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor esse percentual chega a 0,1%.

Atualmente, a natureza da participação infantil na produção de fumo é debatida, o que gera conturbadas discussões entre empresas, produtores e órgãos de proteção à criança e ao adolescente. De toda forma, tanto para o caso do pessoal ocupado com laço de parentesco, como para o caso daquele sem laço de parentesco, a participação percentual dos menores de 14 anos de idade na cultura do tabaco

é similar ao resultado observado para o total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Alternativamente, prevalece o trabalho de 14 anos ou mais de idade, no total de estabelecimentos do país e naqueles produtores de fumos em folha seca.

Outra questão revelada no recenseamento diz respeito ao manejo nas áreas de fumo, ou seja, a técnica utilizada, já que não apresenta o uso de maquinaria pesada. Conforme dados do IBGE, a colheita é totalmente realizada de forma manual nos estabelecimentos produtores (tabela 6).

TABELA 6
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo o tipo de colheita – Brasil (2006)

Tipo de colheita	Estabelecimentos	Quantidade		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida (t)	Vendida (t)		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Mecânica	-	-	-	-	-
Manual	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.970
Mecânica e manual	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Já a tabela 7 mostra o tipo de cultivo empregado na produção brasileira de fumo. O tipo simples é o mais utilizado, perfazendo 92,8% do total. Já o associado (5,7%), o intercalado (1%) e o misto (0,6%) possuem menor relevância. Conclui-se, ainda, que a maior produtividade é proporcionada pelo cultivo simples, que apresenta média de 1.982 kg/ha. Em seguida, aparecem os cultivos intercalado e associado, com médias de 1.694 kg/ha e de 1.559 kg/ha, respectivamente.

TABELA 7
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo tipo de cultivo – Brasil (2006)

Tipo de cultivo	Estabelecimentos	Quantidade		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida (t)	Vendida (t)		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Simple	145.566	1.051.958	1.043.292	2.722.752	530.691
Associado	8.991	46.324	44.407	131.135	29.713
Intercalado	1.521	6.371	6.244	20.524	3.762
Misto	857	4.383	4.246	8.359	3.804

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Em seguida, a tabela 8 informa sobre o uso, ou não, de agrotóxicos, aproveitando a desagregação para duas grandes regiões e cinco estados brasileiros. Nas lavouras de fumo brasileiras, os agrotóxicos assumem posição destacada, já que, segundo os dados do IBGE, constata-se que a porcentagem de estabelecimentos agropecuários que aplicam este recurso é de 90,4%.

TABELA 8
Área colhida e uso de agrotóxicos na lavoura de fumo (2006)

Brasil e principais estados produtores	Estabelecimentos	Área colhida	Utilizou	Área colhida	Não utilizou	Área colhida
Brasil	156.935	567.974	141.795	536.912	15.140	31.035
Nordeste	21.095	49.574	12.212	38.727	6.825	8.245
Alagoas	11.290	40.707	10.488	36.957	802	3.761
Bahia	7.747	6.383	1.724	1.770	6.023	4.484
Sul	134.257	516.727	128.350	496.028	5.907	20.569
Paraná	24.396	127.778	23.377	124.361	1.019	3.390
Rio Grande do Sul	70.107	234.011	66.709	223.477	3.398	10.659
Santa Catarina	39.754	154.639	38.264	148.190	1.490	6.520

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Deve-se alertar que esse dado não revela a quantidade de agrotóxico utilizado, apenas informa se houve ou não a utilização. Além disso, acrescenta-se que as diferenças quanto à utilização de agrotóxicos entre as regiões Sul e Nordeste podem ter relação com o tipo de fumo produzido (abaixo explicado).

A tabela 9 apresenta dados para a produção, valor da produção e área colhida nos principais estados brasileiros produtores de tabaco. Juntos – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas e Bahia – são responsáveis por 96% da produção nacional.

As duas regiões brasileiras possuem diferenças significativas quando se analisa o cultivo de fumo. O primeiro fator que deve ser ressaltado é o tipo de fumo cultivado, pois, no Sul, cultivava-se os conhecidos “fumos claros”, destinados à produção de cigarros. No Nordeste, por sua vez, predominam os “fumos escuros”, visando à produção de charutos.

TABELA 9
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação (2006)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Estabelecimentos	Quantidade		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida (t)	Vendida (t)		
Brasil	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Nordeste	21.095	58.176	51.873	92.105	49.574
Alagoas	11.290	48.461	43.213	71.810	40.707
Bahia	7.747	6.274	5.899	13.753	6.383
Sul	134.257	1.049.724	1.045.489	2.787.873	516.727
Paraná	24.396	294.660	294.190	460.235	127.927
Santa Catarina	39.754	306.530	305.452	873.080	154.639

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

No Sul do Brasil, a produção funciona sob a égide do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), com a finalidade de estabelecer, por meio de contratos, uma aliança entre produtores e empresas beneficiadoras de tabaco claro. Há vantagens tanto para as empresas quanto para os produtores na utilização do SIPT. Do lado das empresas, o sistema tem por objetivo alcançar melhores índices de qualidade da folha de fumo, atendendo às exigências dos maiores compradores. Assim, a integração com os agricultores familiares é a única forma de se alcançar tais índices, já que o cuidado do agricultor com a lavoura é relativamente maior. Do lado dos produtores, o fumo é um meio de geração e complementação de renda. Além disso, há garantia de compra da produção, de transporte da mercadoria, de auxílio técnico durante a produção e, por conseguinte, de lucratividade na maioria das vezes. Portanto, tal sistema é um modelo que atende aos interesses dos dois lados, pois dá segurança a ambos (Sinditabaco, 2011).

Considerando o que foi apresentado sobre o SIPT – especificamente com relação à garantia de compra da produção – e de acordo com os dados coletados pelo Censo Agropecuário 2006, verifica-se que esse sistema de integração é importante para o cenário fumícola brasileiro. Na tabela 10, percebe-se melhor isso, pois a produção vendida possui como principal destino a categoria “entregue à empresa integradora” (65,25%).⁶ As categorias “venda direta para indústrias” (26%) e a “venda direta a intermediário” (7,3%) também são relevantes no destino da produção. Desta forma, as três classes citadas absorveram mais de 98% da produção de fumos em folha seca vendidos pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

TABELA 10
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo destino da produção vendida ou entregue a terceiros – Brasil (2006)

Destino da produção vendida ou entregue a terceiros	Estabelecimentos	Quantidade		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida (t)	Vendida (t)		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Vendida ou entregue a cooperativas	1.652	15.561	15.444	37.216	7.162
Venda direta para indústrias	40.785	294.904	294.158	841.816	152.068
Entregue à empresa integradora	88.924	706.316	705.572	1.819.662	343.076
Venda direta a intermediário	18.789	80.783	79.961	160.162	55.623
Venda, entregue ou doada ao governo (federal, estadual ou municipal)	172	494	472	1.041	358
Venda direta ao consumidor	1.016	2.233	2.171	3.783	2.582
Vendida como semente	–	–	–	–	–
Exportada	17	411	411	1.011	190
Não vendeu	5.580	8.334	–	18.080	6.911

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

6. Foram assim classificadas pelo IBGE (2006) como aquelas que firmaram contrato com o dirigente do estabelecimento agropecuário, prestando serviço técnico (e outros suportes referentes à produção), deduzindo-o do pagamento da produção.

É relevante ratificar que as empresas integradoras atuam na região Sul do Brasil. Entre as de maior porte, destacam-se: a Souza Cruz, a Phillip Morris, a Japan Tobacco International (JTI), a Universal Leaf e a Alliance One Corporation-China Tobacco International do Brasil, instalada no país no início de 2012. Outras empresas de menor porte também empregam o SIPT, como a Continental Tobaccos Alliance (CTA), a Brasfumo e a Unifumos.

Atualmente, essas empresas são as grandes empreendedoras do ramo tabaqueiro no país e coordenam a quase totalidade dos contratos com os produtores da folha, conforme observado pela tabela 10. Esta coordenação inclui a entrega de um pacote tecnológico para as famílias agricultoras, visitas de técnicos agrícolas das empresas aos estabelecimentos, onde há a conferência do volume e da variedade que está sendo produzida. Além disso, as empresas também avalizam os contratos de crédito agrícola captados pelos agricultores e se ocupam da comercialização da produção, já que constroem contratos onde consta a entrega do total produzido nos estabelecimentos à empresa contratante (Silva, 2002; Spies, 2000).

Neste cenário, há evidência de uma estrutura, pelo lado da indústria, de oligopólio concorrencial, por dominarem o mercado internacional, conforme dados do Sinditabaco (2011), e de um oligopsônio, por estabelecerem domínio sobre a produção de mais de 150 mil estabelecimentos dedicados à cultura do fumo em folha (tabela 10). Isto, para os fumicultores, provoca perda de autonomia em suas decisões sobre uso dos fatores de produção dos seus estabelecimentos. Em contrapartida, dois motivos para os dirigentes aceitarem tal subordinação são: *i*) o aprendizado que possuem na atividade, algo que aumenta o rendimento por hectare; e *ii*) a facilidade na comercialização, entrave clássico da agricultura familiar.

Quanto aos intermediários no processo de venda da produção, nota-se que há conquista de espaço desse tipo de agente no mercado de fumo. Eles são responsáveis por dinamizar o mercado e também por “servir” aos dois lados do processo. Para os produtores, é uma alternativa de venda para o fumo de baixa qualidade, ou para os excedentes de produção que superaram o volume acordado com a empresa integradora. Para as empresas, por seu turno, são vistos como uma oportunidade de compra de insumos, caso haja falta de matéria-prima de qualidade.

Em vista disso, o perfil médio dos estabelecimentos rurais produtores de fumo no Brasil pode ser descrito da seguinte forma: a maioria é composta de pequenos estabelecimentos rurais especializados de até 20 ha, que ocupam, prioritariamente, mão de obra familiar com mais de 14 anos de idade; a produção tem caráter comercial, visto que quase a totalidade da produção é comercializada, principalmente, com empresas integradoras (64,25% da quantidade vendida); as indústrias (26,79% da quantidade vendida) e os intermediários também respondem por fatia do destino da produção (7,28% do total da quantidade comercializada);

a tecnologia produtiva é essencialmente manual; e o valor da produção chega a mais de R\$ 5 mil por hectare/ano (US\$ 3.300,00).

Com o intuito de complementar a análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006, acrescenta-se uma síntese da situação do universo fumicultor segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco de 2010. Por meio de pesquisas com entidades do setor, apurou-se que a fumicultura, nesse respectivo ano, gerou mais de 35 mil vagas diretas na indústria, além de 917 mil empregos na lavoura – dado este distinto daquele encontrado pelo IBGE, para 2006, provavelmente por diferença metodológica (mais que por diferença de ano de referência da coleta dos mesmos). Das etapas de produção até a exportação do produto, a cultura movimentou cerca de R\$ 16 bilhões com uma produção total de 792.790 toneladas. Finalmente, evidenciou-se que o tabaco é o terceiro produto mais importante na pauta de exportações da agricultura brasileira, ficando atrás somente da soja e do café.

Cabe, ainda, expor alguns adicionais dados captados no Censo 2006, especialmente sobre as pessoas recenseadas dos estabelecimentos agropecuários. Entre estes, destaca-se que o percentual de pessoas que recebeu salários nas famílias foi de 0,7% nos três estados do Sul, sendo ainda mais baixo tal índice em Alagoas (0,3%) e Bahia (0,2%). Isto poderia denotar a subestimação de uma atividade que é essencialmente comercial e que é fortemente dependente de trabalhadores com laços de parentesco. No que diz respeito ao nível de instrução do dirigente, mesmo que a situação geral não seja satisfatória, mesmo que ainda previsível para os padrões de quem vive no meio rural do país, os casos dos estados nordestinos são mais desalentadores. Na Bahia, 38% não sabem ler e escrever, e 39% possuem ensino fundamental incompleto; em Alagoas, 39% não sabem ler e escrever, e 36% possuem ensino fundamental incompleto. Por seu turno, em Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a frequência de observações está em dirigentes com ensino fundamental incompleto (23%, 75% e 70%, respectivamente). E os resultados para Alagoas são os mais peculiares, entre os estados estudados: há o percentual de familiares assalariados mais baixo, entre os estados estudados, o dirigente é o mais jovem e com nível de instrução mais baixo. Ainda, mesmo com valores percentuais baixos, é um estado cujo dirigente do estabelecimento é frequentemente identificado como do sexo feminino (12%), somente superado pelo estado da Bahia, onde 27% dos dirigentes observados no censo são do sexo feminino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos um tanto “nublados” para o mercado tabaqueiro no cenário internacional, em que ronda a perspectiva de aumentos nas sanções e nos impostos, o órgão representante das indústrias no Brasil – o Sinditabaco – não acredita que uma crise se aproxima. Segundo informações divulgadas pelo Anuário Brasileiro

do Tabaco (2010), as estimativas são de crescimento do setor, visto que a qualidade do produto brasileiro é muito superior a dos demais países produtores. Por esta razão, ainda que seja uma realidade a redução do tabagismo em escala global, o Brasil garante sua fatia no mercado internacional em vista da qualidade do produto que, por sua vez, o diferencia dos concorrentes.

Os dados apresentados no trabalho comprovam o argumento utilizado pelas organizações que apoiam a expansão do cultivo de fumo no Brasil, como a Afubra e o Sinditabaco, isto é, o fumo mantém sua significativa participação na economia brasileira, pois é fonte de empregos na agricultura e na indústria, gerando renda e movimentando a economia. Além disso, contribui significativamente para o Estado na forma de arrecadação de impostos.

Assim, o contexto rural brasileiro, especialmente o da região Sul do país, mostra que a agricultura familiar vinculada ao fumo – mesmo enfrentando todas as discussões em torno do trabalho infantil, dos riscos à saúde etc. – tende a se perpetuar baseada nesta que é uma das principais atividades econômicas destes pequenos estabelecimentos agropecuários. A ocupação da mão de obra familiar, a propriedade da terra, a especialização da produção, a rentabilidade e a comercialização fácil do produto são indicadores de processos históricos, sob esses critérios, bem-sucedidos e corroborados pelo retrato constituído a partir dos dados do recenseamento do IBGE.

Com isso, conclui-se que políticas agrícolas devem ser pensadas no sentido de inserir o agricultor em outros nichos de mercado, pois a fumicultura se estabelece atualmente como uma das raras alternativas de renda para os pequenos estabelecimentos dessas regiões brasileiras. Sem um conjunto de ações organizadas, a dependência dos produtores com relação ao cultivo de fumo está longe de ser superada no contexto agrícola do Brasil. E, mesmo havendo um conjunto lógico de ações que tenham como papel reduzir a dependência dos estabelecimentos agropecuários em relação ao fumo em folha seca, no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), será preciso compreender os meios de vida das famílias dedicadas à produção de tabaco no país, para que políticas e programas obtenham êxito na melhoria do padrão de vida desses agricultores.

5 REFERÊNCIAS

ANUÁRIO brasileiro do tabaco. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2010. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/tratadas/eo_edicao/25/2010/11/20101125_62a1ae999/pdf/2970_tabaco2010.pdf>.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça**. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Editora da Univali, 2002.

BUAINAIN, A. M.; CALIXTO, E. L.; SOUZA FILHO, H. M. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

DESER – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICO RURAIS. **Conjuntura do fumo**. Curitiba: Deser, 2010.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Faostat**: food and agricultural commodities production. 2011. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 1º set. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

MESQUITA, A. S.; OLIVEIRA, J. M. C. A cultura do fumo na Bahia: da excelência à decadência. **Bahia agrícola**, v. 6, n.1, nov. 2003. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/pdf/V6N1_socieconfumo2.pdf>.

NARDI, J. B. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro: Abifumo, 1985.

_____. **Acabou-se o fumo**: formação socioeconômica e espacial de Arapiraca-AL. Maceió: Q Gráfica, 2010.

SILVA, L. X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SINDITABACO – SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sistema Integrado**. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sistema-integrado/>>. Acesso em: 1º set. 2011.

SPIES, R. **O processo de espacialização produtiva da microrregião fumericulora de Santa Cruz do Sul** – RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

VARASCHIN, M. J. F. C. Fumo. *In*: VIEIRA, L. M. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010**. Florianópolis: Epagri; Icepta, 2010. p. 98-106.

VOGT, O. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul** – RS (1849-1993). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.